



Superintendência de Seguros Privados
SUSEP

Supervisão Baseada em Risco

Controle das Regras de Capital



Agenda

Manhã

- Primeira Parte (9h às 10h15): Alterações Relevantes – Resoluções 155 a 158, Nota Técnica Atuarial de Carteira. – Mercado Segurador Ramos Elementares.
- Segunda Parte (10h30 às 12h00): Circular SUSEP 342- Aspectos e Questões Gerais.

Tarde

- Primeira Parte (14h às 15h15): Circular SUSEP 342 – Solvência II – Experiência Inglesa e IAIS; Questões Específicas e Vinculação com a Resolução 158/06.
- Segunda Parte (15h30 às 17h): Fiscalização Baseada em Risco



Superintendência de Seguros Privados
SUSEP

Alterações Relevantes

Resoluções CNSP 155 a 158



Etapas da Regulamentação

Desde a década de 80, verifica-se uma evolução na forma como o risco é tratado pelas instituições financeiras, incluindo-se aí as seguradoras e seus reguladores. Atualmente, existe uma abordagem estruturada que identifica três pontos básicos, ou seja, três pilares, sobre os quais o gerenciamento de risco deve ser criado. Essa abordagem pode ser encontrada tanto nas recomendações da *International Association of Insurance Supervisors* – IAIS quanto nos princípios que norteiam o Solvência II da Comissão Européia. Tais princípios buscam incentivar o mercado às melhores práticas de negócio, com o objetivo de reduzir ou controlar os riscos a que estão expostas as sociedades seguradoras.



Etapas da Regulamentação

Neste sentido, a IAIS, seguindo a linha do Solvência II, tem orientado os órgãos reguladores e supervisores dos vários países membros, sobre as abordagens que podem ser adotadas. Com a participação do Brasil como membro da IAIS, a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP tem implementado vários mecanismos de regulação com intuito de adequar os critérios de prudência aos princípios aceitos mundialmente. Sendo assim, está sendo desenvolvido arcabouço regulatório que busca incentivar as sociedades seguradoras a trabalharem de acordo com as melhores práticas de gerenciamento de risco, a partir dos pilares que veremos a seguir.



Etapas da Regulamentação

- **Pilar 1:** requisitos QUANTITATIVOS de capital, de provisão e de regras de investimento. Exemplos: Capital Base e Capital Adicional para Subscrição.
- **Pilar 2:** requisitos **QUALITATIVOS** da atividade de supervisão, de controles internos e de gerenciamento de risco. Exemplos: planos de recuperação, planos corretivos, normas societárias, controles internos e outras afins.
- **Pilar 3:** harmonização das **INFORMAÇÕES** para fins de supervisão e divulgação pública. Exemplos: Procedimentos para o encaminhamento dos dados estatísticos.
- Observação: Não existe base comparativa do prazo de adaptação da regra de risco do mercado Europeu com o ora estipulado porque iniciamos a regulamentação apenas de parte do Pilar 1 e 2.



Alterações Relevantes

Os critérios de solvência atualmente adotados são eminentemente **REPRESSIVOS**, ou seja, caso a sociedade seguradora apresente problemas econômicos a SUSEP instaura regime de Direção Fiscal, na forma dos normativos que seguem.



Alterações Relevantes

Resolução CNSP 08/89: Art. 6º A Sociedade Seguradora estará sujeita a um programa de fiscalização especial conduzido pela SUSEP, quando o AL apresentar-se abaixo da MS, independentemente da elaboração e encaminhamento do plano de recuperação.

Decreto Lei 73/66: Art 89. Em caso de insuficiência de cobertura das reservas técnicas ou de má situação econômico-financeira da Sociedade Seguradora, a critério da SUSEP, poderá esta, além de outras providências cabíveis, inclusive fiscalização especial, nomear, por tempo indeterminado, às expensas da Sociedade Seguradora, um diretor-fiscal com as atribuições e vantagens que lhe forem indicadas pelo CNSP.



Alterações Relevantes

Os critérios ora regulamentados, a exemplo do que ocorrem em diversos países, são eminentemente PREVENTIVOS, na medida que possibilitam a apresentação de planos pela sociedade sem a adoção de nenhuma espécie de regime repressivo, na forma do disposto no Art. 7º da Resolução CNSP 155 a seguir transcrito.



Alterações Relevantes

NAIC – USA (fonte: www.federalreserve.gov)

RBC Company Action Level: TAC of 150% to 200% of minimum RBC constitutes a company action level under which an insurer must prepare a report to the state regulator outlining the corrective actions the company intends to take. **At this level, an insurer must submit a comprehensive financial plan to the regulator that identifies the conditions contributing to the company's financial condition.** This plan must contain proposals to correct the company's financial problems and provide projections of the company's financial condition, both with and without the proposed corrections. The plan also must list the key assumptions underlying the projections and identify the quality of, and the problems associated with, the insurer's business. If a company fails to file this comprehensive financial plan, this failure to respond triggers the next action level.



Alterações Relevantes

NAIC – USA (fonte: www.federalreserve.gov)

RBC Regulatory Action Level: TAC of 100% to 150% of minimum RBC triggers a Regulatory Action Level initiative. At this level, an insurer is also required to file an action plan, and the state insurance commissioner is required to perform any examinations or analyses of the insurer's business and operations deemed necessary. The state insurance commissioner also issues appropriate corrective orders to address the company's financial problems.



Alterações Relevantes

NAIC – USA (fonte: www.federalreserve.gov)

RBC Mandatory Control Level: TAC of less than 70% triggers a Mandatory Control Level that requires the regulator to take steps to place an insurer under control. This situation can occur while the insurer still has a positive level of capital and surplus, although **a number of the companies that trigger this action level are technically insolvent (liabilities exceed assets).**



Alterações Relevantes

OSFI – CANADÁ (fonte: www.osfi-bsif.gc.ca)

OSFI expects each institution to establish a target capital level, and maintain ongoing capital, at no less than the supervisory target of 150% MCT.



Alterações Relevantes

Resolução CNSP 155/06: Art. 7º Uma vez calculado o capital mínimo requerido, se ocorrer insuficiência de patrimônio líquido ajustado, a sociedade seguradora deverá:

I – se a insuficiência for de até 30 % (trinta por cento) do capital mínimo requerido: apresentar plano corretivo de solvência para correção dos problemas que ocasionaram a insuficiência de patrimônio líquido ajustado;

II – se a insuficiência for de 30 % (trinta por cento) a 50 % (cinquenta por cento) do capital mínimo requerido: apresentar plano de recuperação de solvência, acompanhado de novo plano de negócios e nota técnica atuarial, para correção dos problemas que ocasionaram a insuficiência de patrimônio líquido ajustado.



Alterações Relevantes

Apesar do novo critério de capital e as regras de margem de solvência não estarem no mesmo campo comparativo, há uma tendência natural de verificar a relação entre os resultados pelos dois métodos com o objetivo de verificar se haverá “aumento de capital”. Contudo, para essa comparação é importante considerar o novo critério de adequação de capital acrescentou dois níveis preventivos antes da direção fiscal.



Superintendência de Seguros Privados
SUSEP

Nota Técnica Atuarial de Carteira

Mercado Segurador
Ramos Elementares



TÓPICOS:

1) Noções Gerais

2) Formatação

3) Prazos para encaminhamento

4) Vinculação com as normas de capital

5) Projetos em desenvolvimento

6) Perguntas



1) Noções Gerais

1.1 - Necessidade de adequação dos trabalhos executados pela SUSEP ao modelo de supervisão baseada em riscos, sob o direcionamento dos Princípios Básicos de Seguros - PBS (*Insurance Core Principles*) estabelecidos pela IAIS (*International Association of Insurance Supervisors*).

1.2 - Diagnóstico traçado pelo consultor Martin Roberts, da Beachcroft Wansbroughs Consulting, em outubro de 2005, contratado pelo Banco Mundial, a respeito da atuação da SUSEP e do mercado supervisionado:

1.2.1 - Em muitas sociedades, os trabalhos do atuário relacionados a produtos geralmente se limitam à elaboração



1) Noções Gerais

1.2.1 (cont.) - de condições contratuais e à estruturação de Notas Técnicas Atuariais - NTAs com formulação tarifária de caráter estanque, o que restringe o papel do profissional ao nível operacional da empresa.

1.2.2 - No trabalho desenvolvido pela SUSEP, a análise se concentra no período pré ou inicial da comercialização, envolvendo em pouca escala o acompanhamento dos riscos que os produtos representam para a capacidade de solvência das sociedades.



1) Noções Gerais

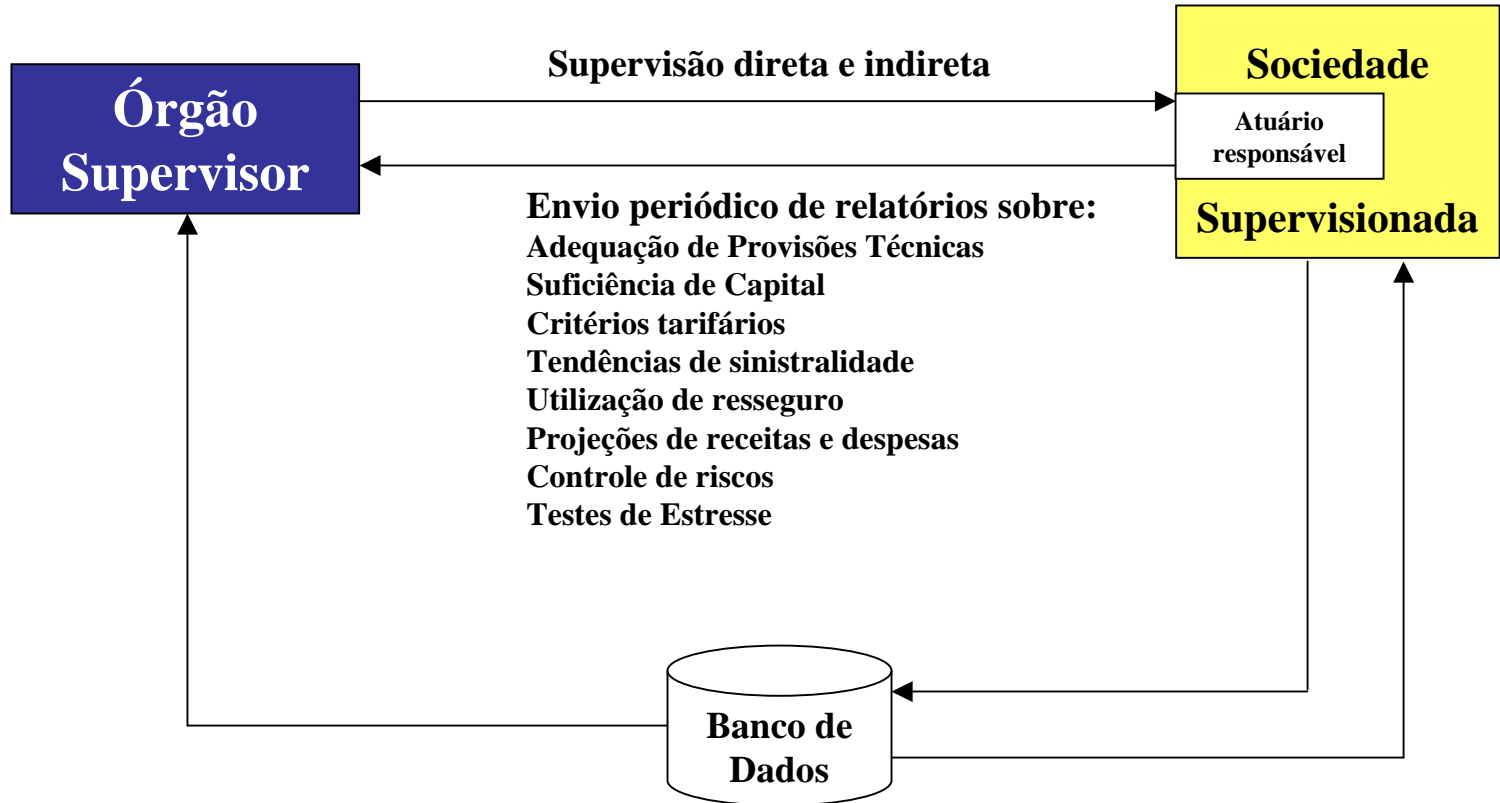
1.3 - Visando à reformulação do modelo de NTA, até então associado a cada plano de seguro, o Departamento Técnico Atuarial - DETEC da SUSEP constituiu grupo de trabalho cujos estudos, baseados em publicações e diretrizes da IAIS e IAA (*International Actuarial Association*), dentre outras instituições, resultaram na publicação, em 20/07/2007, da Resolução CNSP nº 163, que instituiu a NTA de Carteira.

1.4 - O novo modelo de NTA foi elaborado com o objetivo de servir de base à análise da solvência dinâmica da sociedade.



1) Noções Gerais

1.5 - Modelo internacional resumido:





2) Formatação

2.1 - A NTA de Carteira, a ser encaminhada em conjunto com o Plano de Recuperação de Solvência - PRS ou por ocasião do início de operação, deverá ser estruturada tendo como orientação as projeções e informações definidas no art. 4º da Resolução CNSP nº 163/07. De acordo com a sua necessidade, a seguradora pode incluir outros elementos.

2.2 - A sociedade seguradora deverá elaborar sua NTA, no caso de insuficiência de patrimônio líquido ajustado - PLA que resulte na necessidade de encaminhamento de PRS, em consonância com o art. 2º da Resolução CNSP nº 157/06, abordando os parâmetros técnico-atuariais relacionados com aquele déficit e com a sua solução.



2) Formatação

2.2.1 - Dependendo da situação que originou o déficit de PLA e da estratégia de recuperação traçada pela sociedade seguradora, a NTA deverá dispor, por exemplo, sobre:

- Aumento ou redução da atuação em determinado(s) nicho(s) de mercado.**
- Critério de tarifação.**
- Definição de limite de retenção.**
- Política de transferência de risco em resseguro.**



2) Formatação

2.3 - No caso de sociedade seguradora em início de operação, para efeito do art. 4º da Resolução CNSP nº 158/06, a NTA deverá apresentar a fundamentação técnico-atuarial em que se baseia seu plano de negócios, observada a regulamentação constante da Circular SUSEP nº 311/05 e da Resolução CNSP nº 166/07.

2.4 - A NTA deverá ser assinada pelo atuário responsável técnico e pelo diretor responsável técnico da sociedade, conforme Carta Circular SUSEP/DETEC/GAB/Nº 06/2007.



2) Formatação

2.5 - O DETEC está elaborando Carta Circular, a ser expedida até o fim de 2007, dispondo sobre a base de dados que deverá acompanhar o PRS e, nos casos especificados, o Plano Corretivo de Solvência - PCS, e definindo diretrizes que deverão ser observadas pelo atuário, em certas estratégias de adequação do PLA, na elaboração da NTA de Carteira.

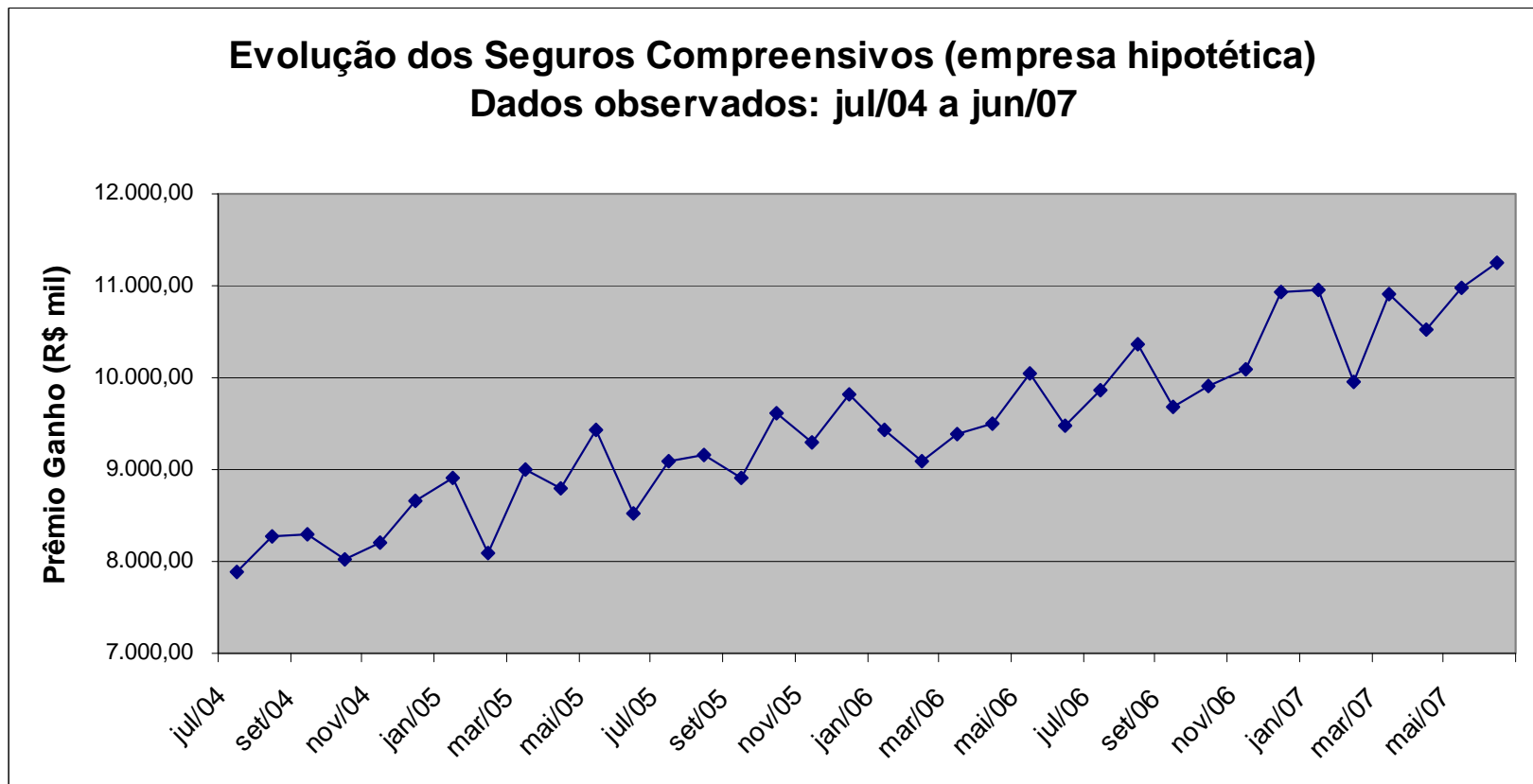
2.6 - As projeções contidas na base de dados subsidiarão a avaliação do plano de adequação de capital, ou seja, de redução da insuficiência percentual do PLA em face da exigência regulatória - maior valor entre capital mínimo requerido e margem de solvência.



Superintendência de Seguros Privados SUSEP

2) Formatação

2.7 - Exemplo: Projeção de Prêmio Ganho

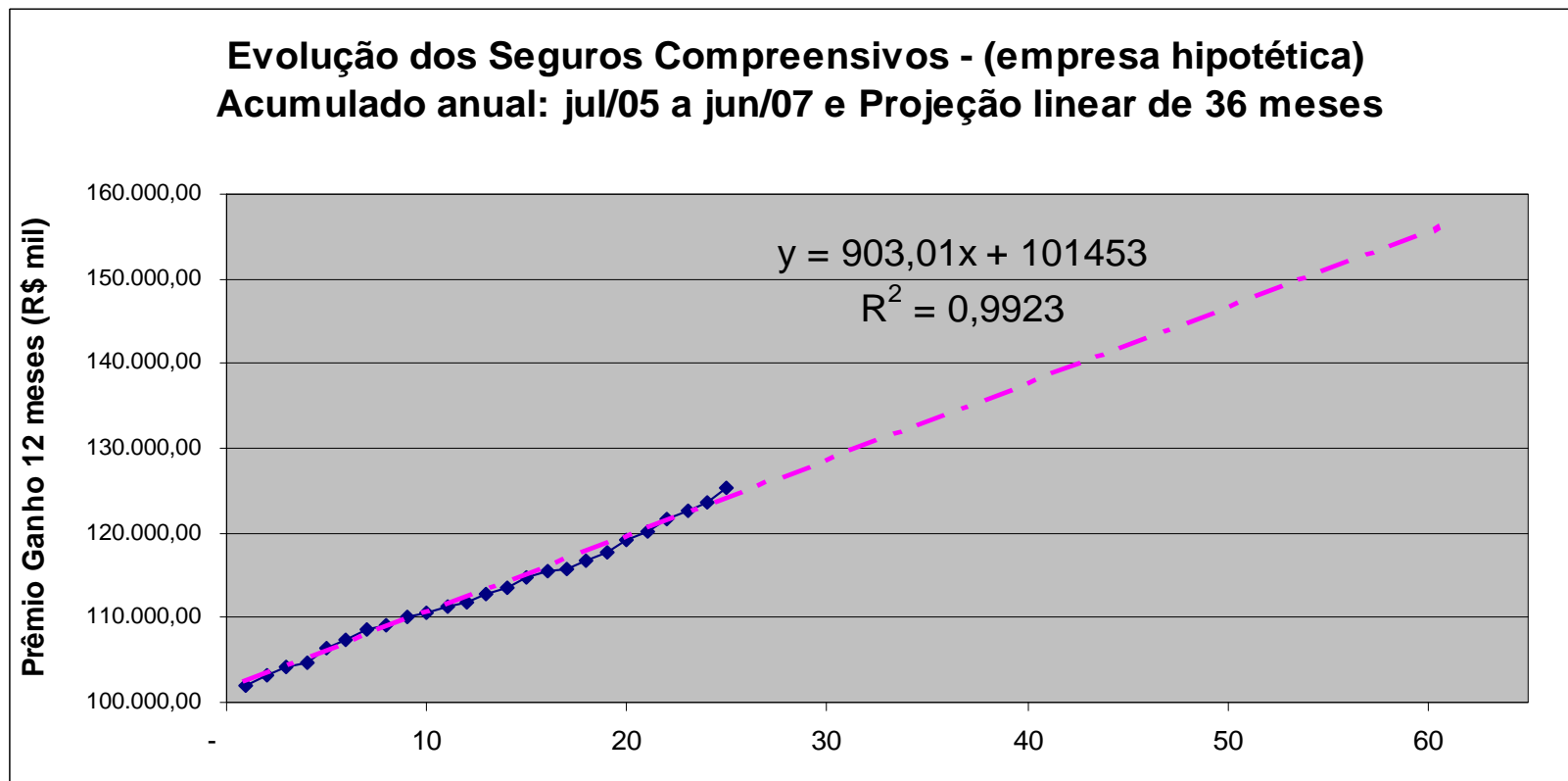




Superintendência de Seguros Privados SUSEP

2) Formatação

2.7 - Exemplo (cont.): Projeção de Prêmio Ganho

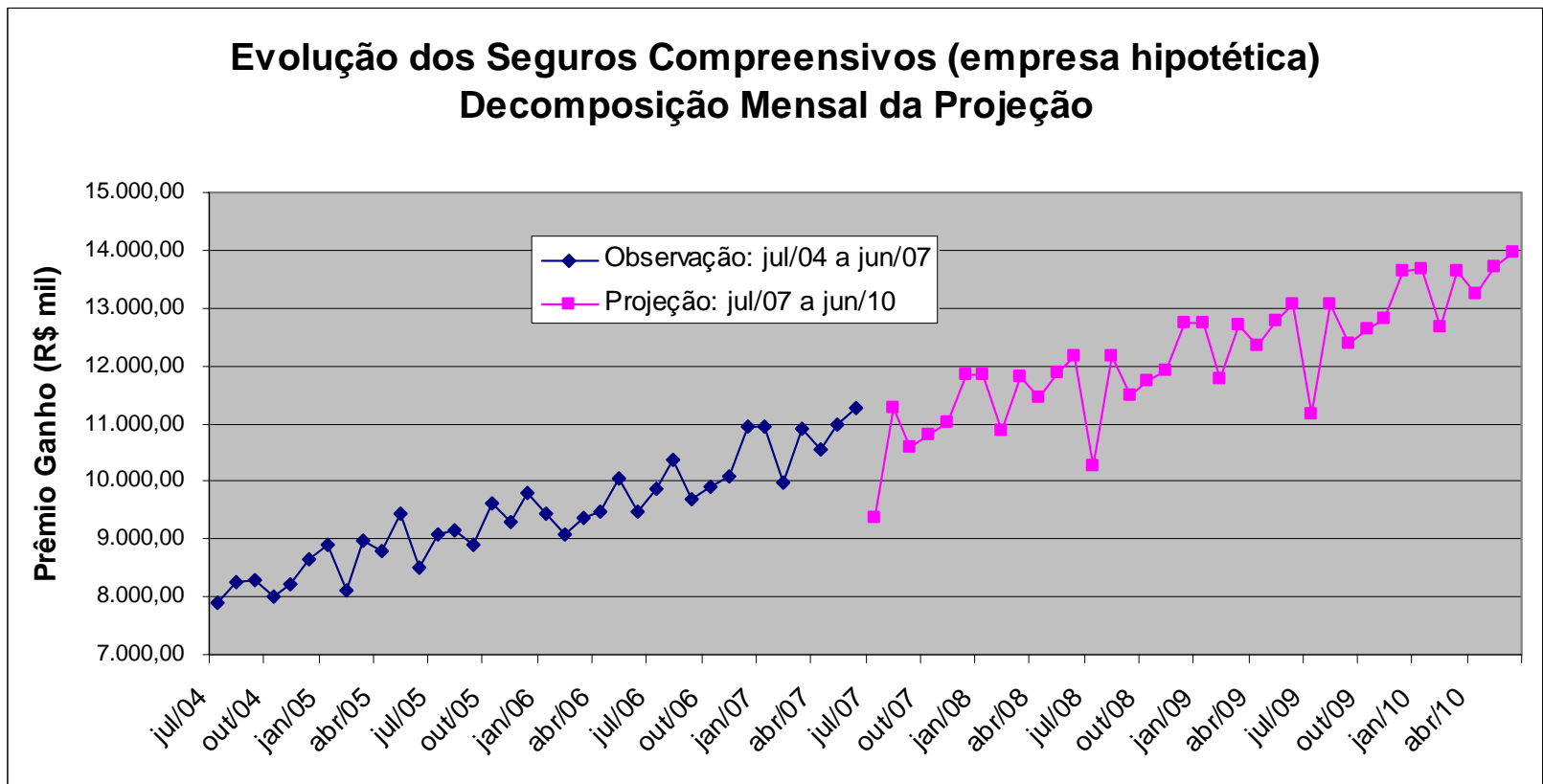




Superintendência de Seguros Privados SUSEP

2) Formatação

2.7 - Exemplo (cont.): Projeção de Prêmio Ganho





3) Prazos para encaminhamento

3.1 - A NTA que acompanha o PRS deverá ser apresentada no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da data do recebimento pela sociedade seguradora do comunicado da SUSEP, de acordo com o § 1º, art. 1º, da Resolução CNSP nº 157/06.

3.1.1 - No caso de rejeição parcial do PRS, a sociedade seguradora deverá apresentar novo material, uma única vez, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da data do recebimento pela sociedade seguradora do comunicado da SUSEP, prorrogável por igual período mediante decisão da Diretoria Colegiada da Autarquia, conforme § 2º, art. 3º, da Resolução CNSP nº 157/06.



3) Prazos para encaminhamento

3.1.2 - A necessidade de apresentação de NTA, acompanhando o PRS, poderá resultar da não apresentação, da não aprovação ou da aprovação e não cumprimento do Plano Corretivo de Solvência - PCS, conforme art. 5º da Resolução CNSP nº 156/06, passando a serem aplicados os procedimentos estabelecidos na Resolução CNSP nº 157/06.

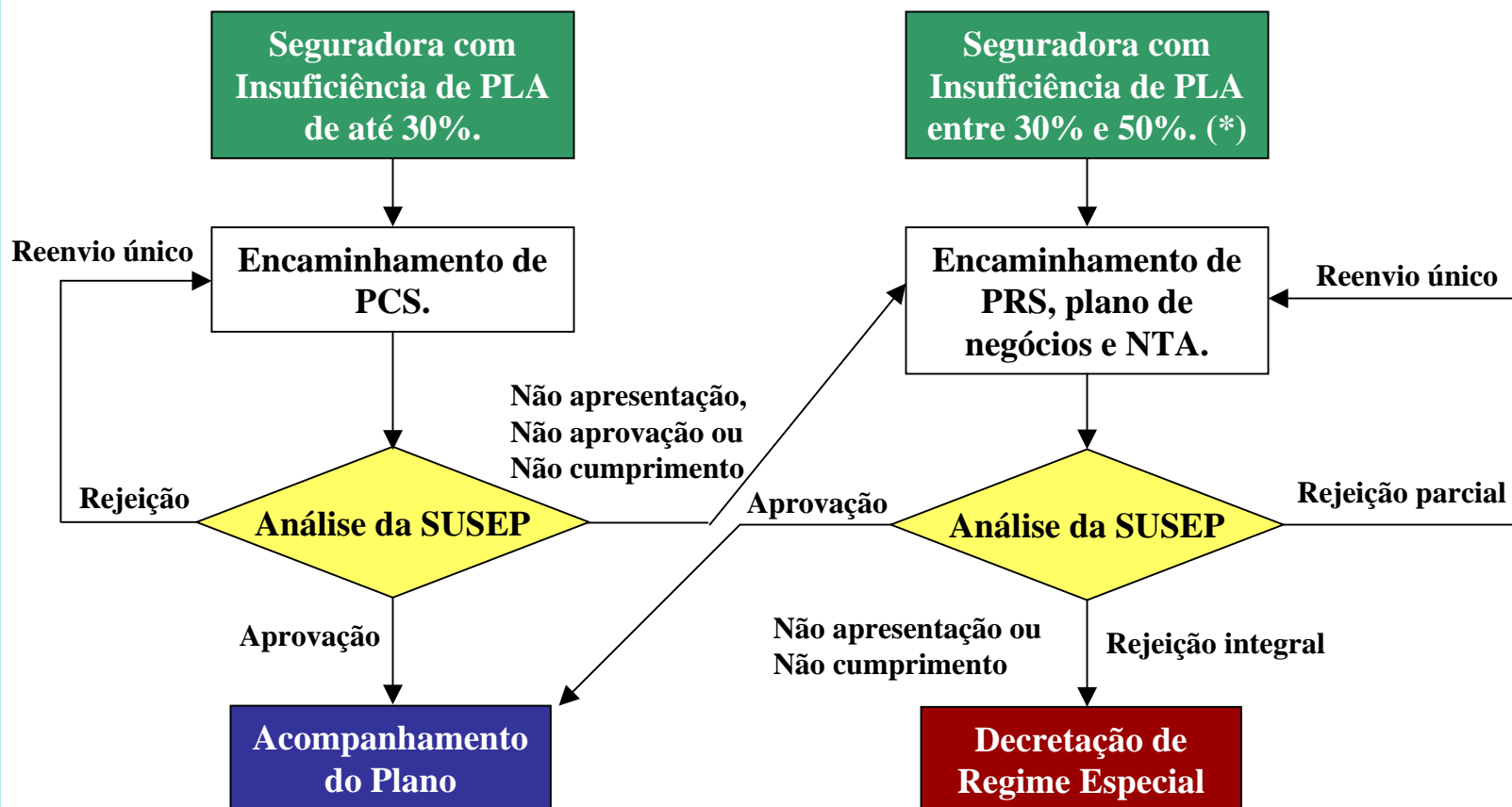
3.2 - Nos processos de início de operação, a NTA será encaminhada em conjunto com o plano de negócios, observadas as situações em que aquele documento é exigido pela Resolução CNSP nº 166/07.



Superintendência de Seguros Privados SUSEP

4) Vinculação com as normas de capital

4.1 - Fluxo com base nas Resoluções CNSP n^{os} 156 e 157/06:



(*) - São incluídas, no período de transição definido nas normas de capital, as sociedades seguradoras enquadradas nos arts. 8º e 9º, conforme art. 12, da Resolução CNSP nº 155/06, ou seja, aquelas com insuficiência de PLA superior a 50%.



4) Vinculação com as normas de capital

4.2 - As informações contidas na NTA devem embasar, sob a ótica técnico-atuarial, as projeções, as metas, os prazos e os procedimentos, estabelecidos no PRS, relacionados com a solução da insuficiência de PLA.

4.3 - A NTA deve ser elaborada em sintonia com a estratégia de recuperação da sociedade, que pode envolver medidas, por exemplo, para:

4.3.1 - Aumento do PLA.

4.3.2 - Diminuição da exposição ao risco.



5) Projetos em desenvolvimento

5.1 - Registro eletrônico de planos de seguro não sujeitos à aprovação prévia:

5.1.1 - A sociedade seguradora encaminhará à SUSEP, por meio de transmissão eletrônica, documentos (ex. PDF) contendo as Condições Contratuais e a NTA do plano de seguro que pretende comercializar.

5.1.2 - Como resposta instantânea àquela transmissão, a sociedade receberá o número de registro do plano na SUSEP que deverá constar do material de comercialização.

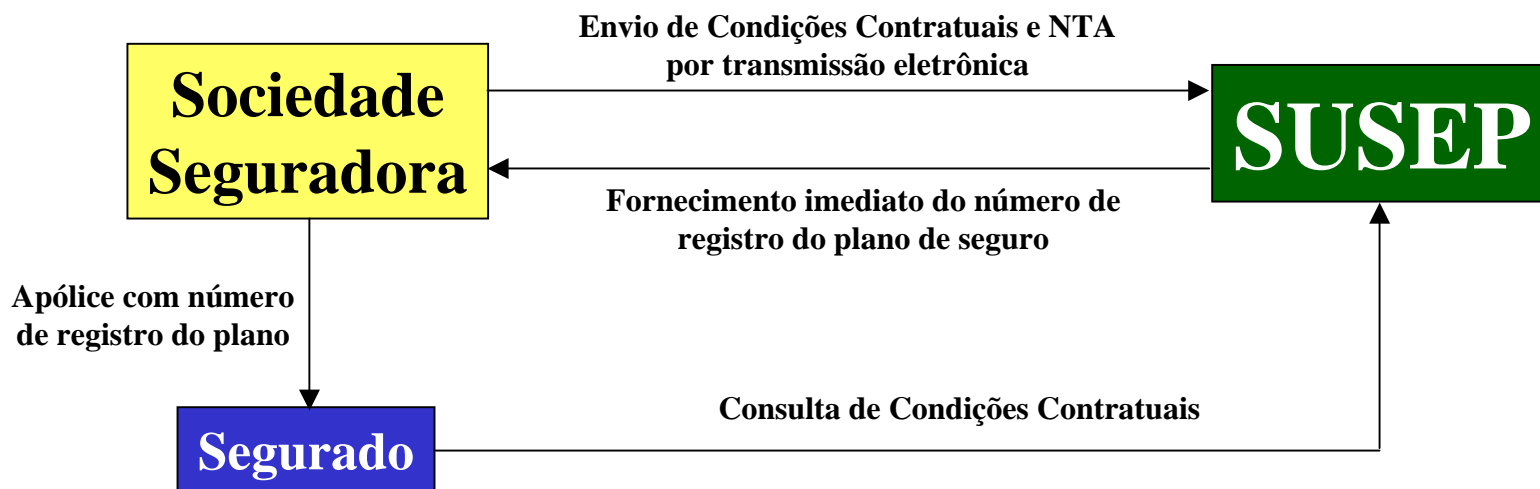
5.1.3 - As Condições Contratuais serão disponibilizadas na página da SUSEP na Internet.



Superintendência de Seguros Privados SUSEP

5) Projetos em desenvolvimento

5.1.4 - As alterações de Condições Contratuais e/ou de NTA serão efetuadas pelo mesmo canal, onde a sociedade utilizará o número de registro anteriormente fornecido, para identificação do plano, e informará a data de entrada em vigor do novo material.





5) Projetos em desenvolvimento

5.2 - Consolidação de arquivos de dados solicitados pela SUSEP em Quadros Estatísticos do FIP:

5.2.1 - Inclusão no FIP de informações segregadas por plano de seguro.

5.2.2 - Revogação de normas que exigem dados em meio magnético. Ex.: Alguns Anexos da Circular SUSEP nº 335.

5.2.3 - Criação de base de dados que permita o acompanhamento contínuo das carteiras das sociedades supervisionadas.



5) Projetos em desenvolvimento

5.3 - Substituição do modelo de NTA por plano de seguro pela NTA de Carteira:

5.3.1 - Ferramenta de suporte à análise de solvência dinâmica.

5.3.2 - Regulamentação específica iniciando com a Carteira de Automóveis - Edital de Audiência Pública nº 04/2007.

5.3.3 - Os critérios de formação das carteiras consideram a representatividade de cada ramo no mercado de seguros, a existência de sociedades especializadas, a comercialização de forma conjugada, a similaridade de coberturas e de métodos de tarifação, etc.



Superintendência de Seguros Privados

SUSEP

5) Projetos em desenvolvimento

Estatísticas do Mercado Segurador - jul/2006 a jun/2007

Valores em R\$ mil

Grupo de Ramos	PG	SR	DC	SR / PG	SR / (PG - DC)
05 - Automóvel	14.482.725,54	9.522.476,45	2.556.239,78	65,75%	79,84%
09 - Pessoas	9.036.722,63	4.272.221,29	2.348.296,77	47,28%	63,87%
01 - Patrimonial	3.226.400,86	1.013.326,37	1.243.480,90	31,41%	51,10%
06 - Transportes	1.351.647,72	784.278,96	287.391,02	58,02%	73,69%
10 - Habitacional	461.291,38	180.317,76	(820,58)	39,09%	39,02%
08 - Crédito	437.198,61	316.220,33	25.616,24	72,33%	76,83%
03 - Responsabilidades	238.110,42	74.759,66	39.284,30	31,40%	37,60%
11 - RURAL/ANIMAIS	200.517,55	56.650,44	29.973,32	28,25%	33,22%
04 - Cascos	96.374,12	64.977,56	19.712,60	67,42%	84,76%
07 - Riscos Financeiros	84.175,22	43.897,25	(5.557,05)	52,15%	48,92%
02 - Riscos Especiais	8.329,21	(122,09)	2.298,39	-1,47%	-2,02%
12 - Outros	81,67	4.866,21	-	5958,53%	5958,53%
TOTAL	29.623.574,94	16.333.870,17	6.545.915,69	55,14%	70,78%

Fonte: FIP/SUSEP



Superintendência de Seguros Privados SUSEP

5) Projetos em desenvolvimento

Estatísticas do Mercado Segurador - jul/2006 a jun/2007

Grupo de Ramos: Automóvel

Valores em R\$ mil

Ramo	PG	SR	DC	SR / PG	SR / (PG - DC)
31 - AUTOMÓVEIS	10.155.279,79	6.580.729,99	2.027.657,58	64,80%	80,97%
53 - RESP. CIVIL FACULTATIVA	2.502.314,72	1.615.690,93	466.599,41	64,57%	79,37%
88 - DPVAT (TODAS CATEG).A PARTIR JAN 05	1.587.550,78	1.252.861,02	13.818,88	78,92%	79,61%
20 - Acidentes Pessoais de Passageiros	184.620,62	33.022,63	34.311,60	17,89%	21,97%
23 - RC T. ROD. INTEREST. E INTERNAC.	42.475,59	16.147,77	11.070,91	38,02%	51,42%
44 - R.C.T.Viagem Intern-Pes Trans ou ã	6.149,50	2.272,27	869,54	36,95%	43,04%
25 - Carta Verde	3.418,04	0,32	1.313,31	0,01%	0,02%
24 - Garantia Estendida	914,96	786,26	94,69	85,93%	95,85%
26 - Seguro Popular de Automóvel	-	-	(0,72)	-	0,00%
89 - DPVAT RUN OFF	1,54	20.965,26	504,58	1360550,32%	-4167,75%
TOTAL	14.482.725,54	9.522.476,45	2.556.239,78	65,75%	79,84%
Carteira de Automóveis	12.842.215,13	8.229.443,55	2.528.568,59	64,08%	79,79%

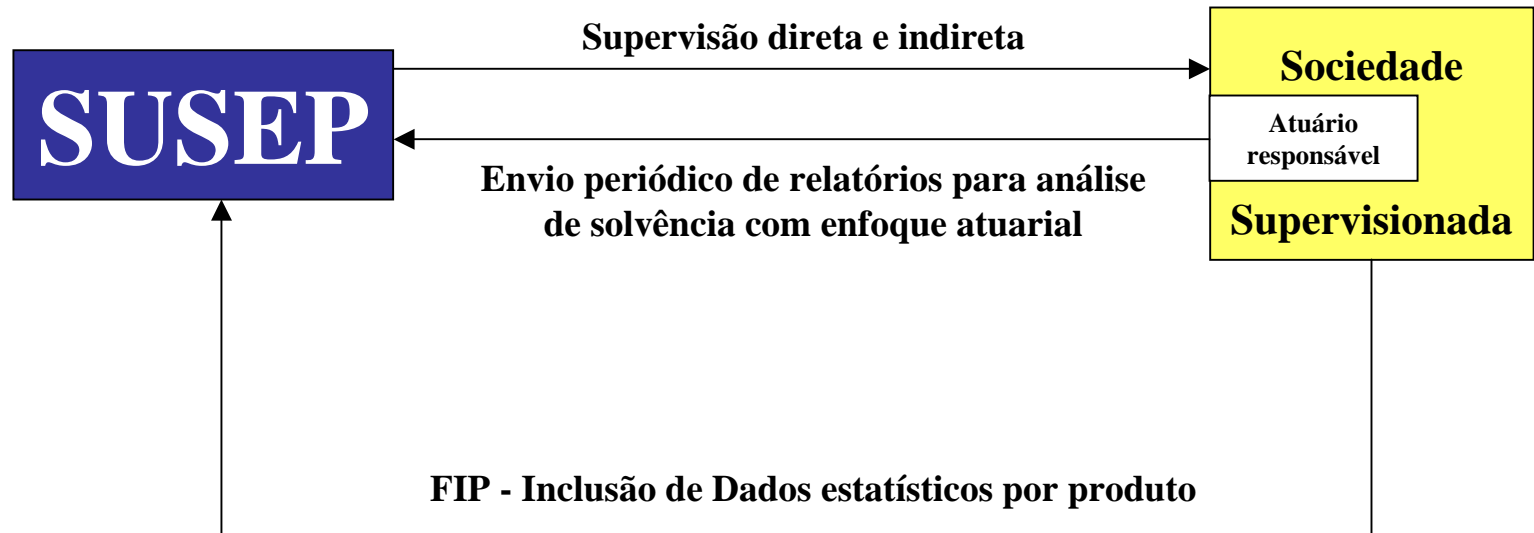
Fonte: FIP/SUSEP



Superintendência de Seguros Privados SUSEP

5) Projetos em desenvolvimento

5.3.4 - Consolidação com a norma de Avaliação Atuarial, resultando num relatório único para análise técnico-atuarial de solvência da sociedade.





PERGUNTAS



Superintendência de Seguros Privados
SUSEP

Questionário de Riscos

Circular SUSEP 342/07



Aspectos Gerais



Aspectos Gerais

- **Motivação Inicial:** Circular SUSEP 253/2004 – Conhecimento de como o mercado estava preparado para enfrentamento dos riscos em geral, em especial, o de subscrição;
- **Discussão:** Portaria SUSEP nº 2.129/05 – Aprovação da alteração do questionário.



Aspectos Gerais

- **Alterações Relevantes realizadas pela Circular SUSEP 342/2007:**
 - 1. Questões Gerais: Conhecimento (Questões 1 a 13);**
 - 2. Questões de Subscrição: Conhecimento (Questões 14 a 22)/ Aferição do Modelo Interno Utilizado (Questões 23 a 24);**
 - 3. Necessidade de Revisão pela Auditoria Independente.**



Aspectos Gerais

- Encaminhamento dos Dados:

- 1. Fevereiro - Circular SUSEP 253/2004 –
Carga do Questionário Encaminhado
pela Sociedade;**
- 2. Abril - Circular SUSEP 342/2007 –
Encaminhamento da Revisão do
Questionário;**



Questões Gerais

Quaisquer Riscos



Definições

Risco de Crédito: medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros.

Exemplo: a compra de um CDB, onde a sociedade estaria exposta à possibilidade do banco emissor não efetuar o pagamento previsto quando do vencimento do certificado. Risco associado aos contratos de resseguros.



Definições

Risco de Mercado: medida de incerteza, relacionada aos retornos esperados de seus ativos e passivos, em decorrência de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de inflação, preços de imóveis e cotações de ações.

Exemplo: Uma sociedade cujos ativos estejam pré-fixados e os passivos indexados a IGP-M.



Definições

Risco Legal: medida de incerteza relacionada aos retornos de uma instituição por falta de um completo embasamento legal de suas operações.

Exemplo: risco de que seus contratos não sejam legalmente amparados por vício de representação por parte de um negociador, por documentação insuficiente, insolvência ou ilegalidade.



Definições

Risco de Subscrição: risco oriundo de uma situação econômica adversa que contraria tanto as expectativas da sociedade no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto as incertezas existentes na estimação das provisões técnicas.

Exemplo: surgimento de grave epidemia em determinada região que uma Sociedade Seguradora elegeu como seu segmento de mercado para o ramo de seguro de vida.



Definições

Risco Operacional ou Outros Riscos: todos os demais riscos enfrentados pelas sociedades, com exceção dos referentes a mercado, crédito, legal e de subscrição.

Exemplo: Numa sociedade onde as bases de dados não são integradas, os diversos setores podem considerar em suas análises informações divergentes a respeito de um mesmo evento.



Questões Gerais

1) Informe o organograma detalhado da estrutura da sociedade.

Observação: No caso de sociedades que integrem estruturas de “holding”, em sendo esse fato relevante para a compreensão de como a sociedade encontra-se estruturada para o tratamento dos riscos a que está sujeita, deve ser informado, adicionalmente, o organograma da “holding”.

Procedimento de Revisão de Auditoria

Obter o organograma da estrutura da sociedade, na data da resposta ao questionário de riscos, para confronto com o organograma informado em resposta à questão 1.



Questões Gerais

2) Neste exercício fiscal, quais são os ramos para os quais a sociedade irá direcionar seus esforços de venda?

Procedimento de Revisão de Auditoria

Obter os orçamentos de produção por ramo, aprovados pela diretoria e/ou conselho de administração da sociedade, para o exercício fiscal posterior à data base do questionário para confronto com as informações incluídas na resposta à questão 2.



Questões Gerais

3) No último exercício fiscal, as expectativas de venda para os segmentos de mercado eleitos anteriormente foram atendidas?

() Sim () Não

Em caso negativo, relate sucintamente os motivos que contribuíram para este resultado e o que está sendo feito para a melhora deste.

Em caso afirmativo, atribua nota de 5 a 10 para o resultado alcançado e relate sucintamente o que está sendo feito para a melhora ou manutenção deste.



Questões Gerais

Procedimento de Revisão de Auditoria

Obter os orçamentos de produção por ramo de seguros, aprovados, no exercício anterior, pela diretoria e/ou conselho da administração da sociedade, referente ao exercício base do questionário e os demonstrativos de produção efetivamente realizados nesse exercício, para verificar se as expectativas de venda para os segmentos de mercado (ramos) eleitos foram atendidas.



Questões Gerais

Considerações 2º e 3º Questões

O objetivo deste questionamento foi o de verificar se os segmentos de mercado que a seguradora planejou operar foram os que efetivamente ela comercializou os seus produtos, observando-se, também, o desdobramento ramo a ramo.

Toda política de gestão de risco, em particular os de subscrição, está voltada para os seus segmentos de mercados de atuação.



Questões Gerais

Considerações 2º e 3º Questões

Um insucesso na abordagem destes mercados, provavelmente se traduziria num aumento do risco de subscrição que a companhia está sujeita.

Solicitou-se também que a própria seguradora atribua um conceito ao resultado alcançado, devendo ainda relatar o que está sendo feito para a sua melhora.



Questões Gerais

4) Existe estrutura interna para gerenciamento de riscos?

Sim **Não**

Em caso afirmativo, informe, com base no organograma fornecido no item 1 deste Questionário, quais setores da sociedade são responsáveis pela avaliação dos riscos aos quais a sociedade está sujeita.

Esta estrutura é independente?

Sim **Não**

Esta estrutura é auditada internamente?

Sim **Não**



Questões Gerais

Procedimento de Revisão de Auditoria

Indagar a administração sobre a existência de estrutura para gerenciamento de riscos e quais os setores da sociedade são responsáveis pela avaliação de riscos, para confronto com as respostas à questão 4. Obter os manuais dos setores indicados pela administração como responsáveis pela avaliação de riscos para verificar que essa atribuição está formalizada.

Indagar o responsável pela auditoria interna da sociedade sobre os trabalhos de auditoria executados no exercício nos setores indicados pela administração como responsáveis pela avaliação de riscos da sociedade.



Questões Gerais

Considerações 4º Questão

A questão tem como objetivo avaliar o funcionamento da atual estrutura de gestão de riscos da empresa.

Pergunta: No caso de uma sociedade delegar a uma auditoria, que não interna, o seu gerenciamento de risco ela deverá responder sim ou não?

Resposta: Sim.



Questões Gerais

Considerações 4º Questão

Pergunta: Caso a gestão de risco da sociedade seja feita de forma descentralizada pode-se considerar, neste caso, que a seguradora possui uma estrutura independente?

Resposta: Sim, contudo deverá mencionar no campo de observações que a referida estrutura, apesar de descentralizada, opera de forma independente das demais estruturas da sociedade, bem como todos os setores em que ela é distribuída.



Questões Gerais

5) Como resultado do último procedimento de auditoria interna, foram feitas sugestões de modificação na estrutura de controle, área de atuação ou nos procedimentos da sociedade?

() Sim () Não



Questões Gerais

Procedimento de Revisão de Auditoria

Indagar o responsável pela auditoria interna da sociedade sobre os trabalhos realizados no exercício corrente;

Obter os relatórios de aprimoramento dos sistemas de controles internos elaborados pela auditoria interna da sociedade, para o exercício corrente, para constatação da existência (inexistência) de sugestões de modificação na estrutura de controle, área de atuação ou nos procedimentos da sociedade, para confronto com a resposta à questão 5.



Questões Gerais

Considerações 5º Questão

A questão tem como objetivo avaliar o funcionamento da atual estrutura de controles internos da empresa.

Pergunta: Quando no enunciado da questão é feito menção a “estrutura de controle” o objetivo é fazer referência apenas aos controles de processos ou todos os controles da sociedade?

Resposta: Diz respeito a todas as estruturas de controles de riscos que a sociedade dispõe.



Questões Gerais

6) Os procedimentos operacionais têm rotinas padronizadas e registradas em manuais disponibilizados para todos os empregados e assemelhados?

() Sim () Não

Em caso negativo, descreva como os empregados ou assemelhados tomam ciência dos procedimentos operacionais da sociedade.



Questões Gerais

Procedimento de Revisão de Auditoria

(caso positivo)

Obter os manuais que registram as rotinas padronizadas para os principais processos operacionais da sociedade, e verificar se estes estão disponíveis para os todos os empregados da sociedade, conforme a sua necessidade.

(caso negativo)

Indagar a administração sobre a existência de rotinas padronizadas para os principais processos operacionais da sociedade e sobre os procedimentos para divulgação dos procedimentos operacionais a seus empregados, para confronto com as informações incluídas em resposta à questão 6.



Questões Gerais

Considerações 6º Questão

A questão tem como objetivo avaliar o funcionamento da atual estrutura de controles internos da empresa.

Pergunta: Quando no enunciado da questão é feito menção aos “procedimentos operacionais” o objetivo é fazer referência a todos os procedimentos padronizados e registrados em manuais disponibilizados para todos os empregados e assemelhados?

Resposta: Não, apenas os procedimentos operacionais que referem-se a gestão de risco da sociedade.



Questões Gerais

7) As rotinas operacionais prevêm segregação de funções para o gerenciamento de riscos?.

() Sim () Não

Em caso negativo, descreva sucintamente as rotinas operacionais da sociedade.



Questões Gerais

Procedimento de Revisão de Auditoria

(caso positivo)

Obter os manuais que registram as rotinas padronizadas para os principais processos operacionais da sociedade e verificar que essas incluem a segregação de funções como instrumento para gerenciamento de riscos.

(caso negativo)

Obter os manuais que registram as rotinas padronizadas para os principais processos operacionais da sociedade e, indagar a administração sobre os motivos pelos quais a segregação de funções não está prevista, para confronto com a resposta à questão 7.



Questões Gerais

8) Relativamente a seus administradores, empregados ou assemelhados, a sociedade estabelece regras e códigos de conduta que protejam a sua integridade e continuidade?

() Sim () Não

Em caso negativo, descreva como tais funções são aferidas.



Questões Gerais

Procedimento de Revisão de Auditoria

(caso positivo)

Obter as regras ou códigos de conduta para constatar que incluem aspectos relativos à proteção da integridade e continuidade da sociedade.

(caso negativo)

Indagar a administração sobre quais são os mecanismos utilizados para a proteção da integridade e continuidade da sociedade, para confronto com as informações incluídas na resposta à questão 8.



Questões Gerais

9) Quais são os modelos utilizados para avaliar o risco de mercado, em especial o de investimento?

Procedimento de Revisão de Auditoria

Indagar a administração da sociedade sobre quais os modelos utilizados para avaliar o risco de mercado, em especial o risco de investimento; inspecionar os manuais de gerenciamento de riscos da sociedade; e obter evidências de que os referidos modelos estão sendo utilizados, para confronto com as informações incluídas na resposta à questão 9.



Questões Gerais

Considerações 9º Questão

A sociedade deve informar o nome do modelo utilizado, a exemplo de: Valor em Risco (Value at Risk - VaR); explicitando as principais características, como: método de estimação da volatilidade, premissas sobre correlações, e nível de confiança.

No caso de modelos híbridos, a sociedade deve informar os modelos que lhes serviram de base, bem como as principais referências bibliográficas para o seu desenvolvimento, mencionando título, autor, edição e capítulos. Exemplo: Opções, Futuros e Outros Derivativos, John C. Hull, 5ª edição, capítulo 16.



Questões Gerais

Considerações 9º Questão

Pergunta: Esta questão também refere-se ao risco do passivo suportado pela sociedades?

Resposta: Sim, porque porque não é possível avaliar o risco de mercado abstraindo-se do risco do passivo suportado pelas sociedades.



Questões Gerais

10) É feita a análise de cenários para a escolha dos investimentos? Qual a periodicidade?

() Sim () Não

Periodicidade (número de meses): _____

Em caso negativo, descreva os motivos pelos quais a análise de cenários não é considerada para esse fim.



Questões Gerais

Procedimento de Revisão de Auditoria

(caso positivo)

Obter as últimas análises efetuadas, para confirmação da periodicidade da análise de cenários para a escolha de investimentos informada em resposta à questão 10.

(caso negativo)

Indagar a administração sobre a utilização de análise de cenários para a escolha de investimentos e quais os motivos para a sua não utilização, para confronto com a resposta à questão 10.



Questões Gerais

Considerações 10º Questão

Considerando o perfil de risco demandado por seus passivos, a sociedade deve informar se avalia, e com que frequência, as expectativas do mercado em relação a juros, câmbio e inflação, por exemplo, para otimizar a alocação de seus investimentos (conceito de fronteira eficiente).

Mesmo que o perfil de risco do ativo seja um adequado hedge (trava, proteção) para o perfil de risco do passivo, a falta de análise dos cenários pode representar relevante perda de rentabilidade para os investimentos da sociedade.



Questões Gerais

11) O fluxo de caixa do passivo da sociedade é considerado para fins de avaliação do risco de mercado?

() Sim () Não

Em caso negativo, descreva os motivos pelos quais este fluxo de caixa não é considerado na avaliação do risco de mercado.



Questões Gerais

Procedimento de Revisão de Auditoria

(caso positivo)

Obter a última avaliação de risco de mercado efetuada no exercício para constatar a consideração de descasamentos de fluxo de caixa entre ativos e passivos na avaliação do risco de mercado, para confronto com a resposta à questão 11.

(caso negativo)

Indagar a administração sobre a consideração de descasamentos de fluxo de caixa entre ativos e passivos na avaliação do risco de mercado e quais os motivos para a sua não utilização, para confronto com a resposta à questão 11.



Questões Gerais

Considerações 11º Questão

A sociedade deve informar se, durante a avaliação do risco de mercado, considera os descasamentos de fluxos de caixa entre ativos e passivos.

Mesmo que a sociedade tenha investido inicialmente, para fazer frente ao fluxo de caixa projetado de seus passivos, em títulos indexados à inflação, por exemplo, mudanças nas expectativas do mercado, bem como em parâmetros atuariais, no decorrer do tempo, exigem uma preocupação contínua com o gerenciamento de ativos e passivos (Asset-Liability Management - ALM).



Questões Gerais

Considerações 11º Questão

Pergunta: Qual a periodicidade que deve ser avaliado a relação do fluxo do ativo com o do passivo?

Resposta: De forma contínua.



Questões Gerais

12) Existe algum mecanismo para avaliação do risco de crédito, tanto em operações de empréstimos a segurados, como nos investimentos da sociedade?

() Sim () Não

Em caso afirmativo, descreva o mecanismo utilizado para avaliação do risco de crédito.

Em caso negativo, descreva os motivos que levaram a sociedade a não possuir esse mecanismo.



Questões Gerais

Procedimento de Revisão de Auditoria

(caso positivo)

Obter evidências da avaliação de risco do crédito para as operações de empréstimos a segurados e para a seleção de investimentos da sociedade, para confronto com as informações da resposta à questão 12.

(caso negativo)

Indagar a administração sobre a utilização de avaliação do risco de crédito para operações de empréstimos a segurados e para seleção de investimentos da sociedade e quais os motivos para a sua não utilização, para confronto com as informações da resposta à questão 12.



Questões Gerais

13) Os contratos de novos produtos são previamente analisados pelo Departamento Jurídico?

Sim Não

Procedimento de Revisão de Auditoria

Obter os manuais que registram as rotinas padronizadas para os principais processos operacionais da sociedade e verificar se os contratos relativos a novos produtos devem ser analisados pelo Departamento Jurídico.

Verificar, em base de testes, a existência de evidências de que o Departamento Jurídico da sociedade analisou, previamente, os contratos relativos aos produtos novos lançados no exercício.



Perguntas



Questões Específicas

Risco de Subscrição



Superintendência de Seguros Privados SUSEP

Solvência

> **Experiência Inglaterra**



FSA - Solvência

> 2 ferramentas:

Mapeamento do risco	Adequação de Capital
Qualitativo	Quantitativo
Gerenciamento	Mensurabilidade

> Adequação de capital:

Pilar I: Twin Peak's approach

Pilar II: Padrões de adequação individual de capital



FSA - Solvência

> Twin Peak's approach:

MCR (Europeu)

ECR (Enhanced Capital Requirement)

Fatores aplicados a prêmios, reservas e ativos.

> Adequação individual do capital:

ICA - Individual capital assessment

99.5% probabilidade crítica

Processo de ICG (Individual Capital Guidance)



FSA - Solvência (outros detalhes)

- Processo de ICG:
 - Pontos de “intervenção”: % do ECR
- Firms geralmente possuem capital > (MCR, ECR)
- Responsabilização da alta gerência pela adequação de capital.
- Mais intensivo em recursos (tanto para as firmas quanto para FSA) do que originalmente pensado.
- Dificuldade de se alinhar a visão do regulador com o que o ICA aborda.



FSA - Solvência (outros detalhes)

- Preocupação do uso do ICA na gestão dos negócios
 - Similar ao Sistema Suíço



Livro:

Solvency

Models, Assessment and Regulation

Arne Sandström



Resolução CNSP 158/06

Art. 3º O capital adicional relativo aos riscos de subscrição de cada segmento de mercado das sociedades seguradoras, que possuem modelos internos, será determinado a partir dos valores apresentados nos anexos I, II e III de acordo com a fórmula disposta no anexo VI desta Resolução.

§ 1º Somente serão considerados como modelos internos, para fins do disposto no caput deste artigo, os desenvolvidos a partir de modelos matemáticos de simulação em que seja feita análise de sensibilidade pelo menos com algum fator macroeconômico relevante para o segmento de mercado em que opere.



Resolução CNSP 158/06

Art. 2º Considera-se, para os fins desta Resolução:

IV - modelo interno: é um modelo, desenvolvido pela sociedade seguradora, que avalia a necessidade de capital da sociedade seguradora;

V - modelos matemáticos de simulação: ou simplesmente modelos de simulação, são modelos matemáticos de projeções financeiras que permitem aproximar a rotina funcional de um dado sistema real;



Resolução CNSP 158/06

Art. 2º Considera-se, para os fins desta Resolução:

VI - fatores macroeconômicos: variáveis macroeconômicas que representem ou estejam relacionadas a taxas de juros, renda familiar, inflação, nível de emprego, agregados monetários, produção industrial e taxas de câmbio; e

VII – sensibilidade do modelo: influência que tem a variação de algum parâmetro do problema no resultado obtido ou em alguma função de resposta.



Resolução CNSP 158/06

Art. 3º (...)

§ 2º O modelo interno deverá ser aprovado pelos órgãos competentes da administração da sociedade seguradora.

§ 3º O capital adicional de que trata o caput das sociedades seguradoras que não possuem modelos internos será determinado a partir dos valores apresentados nos anexos III, IV e V desta Resolução de acordo com a fórmula disposta no anexo VI desta Resolução.



Questões Específicas

14) O controle do risco de subscrição é discutido regularmente nas reuniões do Conselho de Administração e/ou Diretoria?

Sim **Não**



Questões Específicas

Procedimento de Revisão de Auditoria

(em caso positivo)

- Verificar nos livros de atas das reuniões do Conselho de Administração e das Reuniões da Diretoria existe alguma menção expressa ao risco de subscrição e aos correspondentes controles existentes para minimizá-los.

(em caso negativo)

- Indagar a administração sobre os motivos pelos quais o risco de subscrição e os seus correspondentes controles não são discutidos regularmente nas reuniões do Conselho de Administração e/ou Diretoria, para confronto com a resposta à questão 14.



Questões Específicas

15) Existem um ou mais setores da sociedade responsáveis pela avaliação do risco de subscrição?

() Sim () Não

Com base no organograma de que trata o item 1 deste Questionário, informe por quais setores da sociedade este risco é aferido, descrevendo as atividades envolvidas nesse processo.

Em caso negativo, e com base no organograma de que trata o item 1, descreva como o risco de subscrição é avaliado.



Questões Específicas

Procedimento de Revisão de Auditoria

Obter o último organograma detalhado da estrutura da sociedade e os manuais que registram as rotinas padronizadas para os principais processos operacionais da sociedade, e verificar quais são os setores responsáveis pela avaliação do risco de subscrição, para confronto com a resposta à questão 15.



Questões Gerais

Considerações 15º Questão

Neste caso deseja-se aferir se a sociedade possui controle de risco de subscrição centralizado (apenas um setor realiza o controle do risco de subscrição), descentralizado (mais de um setor realiza o controle do risco de subscrição) ou misto (apesar do controle do risco de subscrição ser realizado por diversos setores, todos estes se reportam a um setor que sistematiza e coordena as ações a serem tomadas).



Questões Gerais

Considerações 15º Questão

No que se refere a identificação dos setores que realizam o controle do risco de subscrição, deve-se observar com atenção a observação disposta na 1ª Questão, a saber:

Observação: No caso de sociedades que integrem estruturas de “holding”, em sendo esse fato relevante para a compreensão de como a sociedade encontra-se estruturada para o tratamento dos riscos a que está sujeita, deve ser informado, adicionalmente, o organograma da “holding”.

Logo deve-se informar, nestes casos, inclusive os setores estranhos à sociedade.



Questões Específicas

16) Existe previsão para aprovação, pelos administradores da sociedade, de campanha de propaganda de novo produto ou de alteração ou extinção de produto já comercializado, que não tenha como finalidade a obtenção de lucros, mas sim a gestão de riscos, em especial o de subscrição?

() Sim () Não

Em caso negativo, descreva sucintamente qual é o setor competente da sociedade e como se dá este procedimento de aprovação.



Questões Específicas

Procedimento de Revisão de Auditoria

Obter os manuais de normas e procedimentos das principais áreas responsáveis pelas campanhas de marketing e verificar se existe previsão e definição de limites de alçada para a aprovação de campanha de marketing de novos produtos ou de alteração ou extinção de produtos já comercializados (que não tenham como finalidade a obtenção de lucros) para confronto com a resposta à questão 16.



Questões Específicas

17) Os setores responsáveis pela avaliação dos riscos de subscrição, conforme informado no item 16 deste Questionário, são consultados quando do desenvolvimento de novos produtos, alteração ou extinção de produtos comercializados, cálculo do prêmio, contratação de cosseguro, contratação de resseguro, cálculo do montante das provisões técnicas ou outras atividades similares?

() Sim () Não

Em caso positivo, descreva como estas consultas são realizadas.

Em caso negativo, descreva as razões para essa ausência de consulta.



Questões Específicas

Procedimento de Revisão de Auditoria

(em caso positivo)

Indagar a administração sobre a obrigatoriedade de consulta aos setores responsáveis pela avaliação dos riscos subscrição, e obter evidências da análise, por estes setores, para as operações de desenvolvimento de novos produtos, alteração ou extinção de produtos comercializados, cálculo do prêmio, contratação de cosseguro, contratação de resseguro, cálculo do montante das provisões técnicas ou outras atividades similares relacionadas, para confronto com a resposta à questão 17.



Questões Específicas

Procedimento de Revisão de Auditoria

(em caso positivo) - Continuação

Adicionalmente indagar a administração sobre a existência de procedimento de consulta obrigatória aos setores de avaliação de riscos de subscrição quando do desenvolvimento de novos produtos, alteração ou extinção de produtos comercializados, cálculo do prêmio, contratação de cosseguro, contratação de resseguro, cálculo do montante das provisões técnicas ou outras atividades similares, para confronto à resposta à questão 18.



Questões Específicas

Procedimento de Revisão de Auditoria

(em caso negativo)

Indagar a administração sobre os motivos pelos quais não existe um procedimento de consulta obrigatória aos setores de avaliação de riscos de subscrição quando do desenvolvimento de novos produtos, alteração ou extinção de produtos comercializados, cálculo do prêmio, contratação de cosseguro, contratação de resseguro, cálculo do montante das provisões técnicas ou outras atividades similares e sobre as razões para a inexistência desse procedimento, para confronto com a resposta à questão 18.



Questões Específicas

18) A sociedade possui algum método de controle quanto à conformidade do processo de venda de seus produtos aos critérios de subscrição previamente definidos?

() Sim () Não

Em caso afirmativo, informe, ainda, o grau de eficiência, em uma escala de 0 (zero) a 4 (cinco) desse controle.

() 0 () 1 () 2 () 3 () 4



Questões Específicas

Procedimento de Revisão de Auditoria

Obter os manuais de normas e procedimentos das áreas envolvidas na subscrição dos cinco principais ramos de atuação da sociedade, e constatar a existência de controles que assegurem à conformidade do processo de venda de seus produtos aos critérios de subscrição aprovados pela sociedade.



Questões Gerais

Considerações 18º Questão

O objetivo da pergunta é averiguar o controle de vendas da Seguradora e conseqüentemente verificar também se os critérios de underwriting adotados pela companhia estão também sendo respeitados.

Se o sistema de emissão não permite emissão fora dos critérios de subscrição com ou sem alçada, deverá ser marcado “sim”.

Se o sistema de emissão apenas informa que a emissão está fora dos padrões, mas permite a emissão em qualquer alçada, deverá ser marcado “não”.



Questões Gerais

Considerações 18º Questão

Se o sistema não permitir em hipótese alguma a emissão fora dos padrões, o grau de eficiência a ser atribuído é “5”.

Neste caso não há alçada.

Os outros graus de eficiência dependerá do volume em que está sendo permitida as emissões dentro das alçadas.



Questões Específicas

19) A auditoria interna afere o cumprimento dos critérios de subscrição aprovados?

() Sim () Não

Em caso negativo, descreva como é realizado o procedimento de comunicação da detecção de problemas.



Questões Específicas

Procedimento de Revisão de Auditoria

(caso positivo)

Indagar o responsável pela auditoria interna da sociedade sobre os trabalhos realizados no exercício base do questionário de riscos. Obter os relatórios referentes aos trabalhos executados no exercício base do questionário de riscos referentes a aderência dos procedimentos de subscrição utilizados aos previamente definidos e descritos nos manuais de subscrição aprovados pela sociedade, para confronto com a resposta à questão 19.



Questões Específicas

Procedimento de Revisão de Auditoria

(caso negativo)

Indagar a administração e ao responsável pela auditoria interna sobre os motivos pelos quais a avaliação da aderência dos critérios de subscrição aprovados e descritos nos manuais não fez parte dos trabalhos da auditoria interna no exercício base do questionário de riscos, para confronto com a resposta à questão 19.



Questões Gerais

Considerações 19º Questão

Visto que é necessária uma auditoria regular do cumprimento dos critérios de subscrição adotados pela Seguradora, foram elaboradas questões específicas para este fim.

Como atualmente poucas Companhias devem adotar procedimentos de auditoria periódica de seus critérios de gestão de riscos, em especial os de subscrição, estes questionamentos servirão de balizadores para o rearranjo do mercado neste sentido.

Fica entendido que a função de auditoria pode ser feita em loco no setor de emissão ou através de sistemas de detecção de padrões de sinistros inadequados.



Questões Específicas

20) A sociedade, em seus critérios de subscrição, leva em consideração o repasse de risco para uma congênere ou para o IRB-Brasil Re?

() Sim () Não



Questões Específicas

Em caso afirmativo, descreva, para cada um dos cinco principais ramos de atuação da sociedade, de que forma esse repasse de risco integra os critérios de subscrição da sociedade, bem como assinale, dentre as alternativas abaixo, quais sensibilizam estes critérios de subscrição: .

- Características do Contrato de Resseguro;**
- Percentuais de Retenção;**
- Comissão do Ressegurador;**
- Rating do Ressegurador.**

Em caso negativo, descreva os motivos pelos quais o repasse de risco não integra os critérios de subscrição da sociedade.



Questões Específicas

Procedimento de Revisão de Auditoria

(caso positivo)

Obter os manuais de normas e procedimentos das áreas envolvidas na subscrição dos cinco principais ramos de atuação da sociedade, e constatar se os critérios de subscrição utilizados levam em consideração o repasse de risco para uma congênere ou para o IRB-Brasil Re, bem como quais das variáveis assinaladas são consideradas nos critérios de subscrição, para confronto com a resposta à questão 20.

(caso negativo)

Indagar a administração sobre os motivos pelos quais o repasse de risco não integra os critérios de subscrição da sociedade, para confronto com a resposta à questão 20.



Questões Específicas

21) A sociedade, em seus critérios de subscrição, leva em consideração o risco associado à concorrência por ela enfrentada?

() Sim () Não

Em caso afirmativo descreva, para cada um dos cinco principais ramos de atuação da sociedade, de que forma o risco da concorrência integra os seus critérios de subscrição.



Questões Específicas

Procedimento de Revisão de Auditoria

(caso positivo)

Obter os manuais de normas e procedimentos das áreas envolvidas na subscrição dos cinco principais ramos de atuação da sociedade, e constatar se os critérios de subscrição utilizados levam em consideração as tarifas praticadas pela concorrência, para confronto com a resposta à questão 21.

(caso negativo)

Indagar a administração sobre os motivos pelos quais o risco de concorrência não integra os critérios de subscrição da sociedade, para confronto com a resposta à questão 21.



Questões Gerais

Considerações 21º Questão

O conceito de concorrência não deve estar unicamente vinculado a empresas congêneres. Deve também ser considerado também nesse conceito a concorrência de produtos substitutos.

A especificação de como esse risco afeta seus critérios de subscrição deverá ser feita para os dois tipos de concorrência.



Questões Específicas

22) Informe, para cada um dos cinco principais ramos de atuação da sociedade, os principais critérios de subscrição utilizados, com exceção daqueles mencionados nos itens 20 e 21 deste Questionário.

Procedimento de Revisão de Auditoria

Obter os manuais de normas e procedimentos das áreas envolvidas na subscrição dos cinco principais ramos de atuação da sociedade, para confronto com as informações sobre os principais critérios de subscrição utilizados, mencionados em resposta à questão 22.



Resolução CNSP 158/06

Art. 3º O capital adicional relativo aos riscos de subscrição de cada segmento de mercado das sociedades seguradoras, que possuem modelos internos, será determinado a partir dos valores apresentados nos anexos I, II e III de acordo com a fórmula disposta no anexo VI desta Resolução.

§ 1º Somente serão considerados como modelos internos, para fins do disposto no caput deste artigo, os desenvolvidos a partir de modelos matemáticos de simulação em que seja feita análise de sensibilidade pelo menos com algum fator macroeconômico relevante para o segmento de mercado em que opere.



Questões Específicas

23) A sociedade utiliza modelos internos para avaliação do capital necessário para suportar o risco de subscrição?

Sim **Não**

Caso a resposta seja negativa, não responder à questão 24.

Procedimento de Revisão de Auditoria

Indagar a administração se a sociedade utiliza modelos internos para avaliar o capital necessário para suportar o risco de subscrição. Obter os manuais de normas e procedimentos e verificar se existem rotinas pré-definidas de avaliação do capital necessário para suportar o risco de subscrição.



Questões Específicas

24) O modelo interno é desenvolvido a partir de Modelos Matemáticos de Simulação?

Sim **Não**

Caso a resposta seja negativa, não responder aos itens abaixo.

a) Os critérios de aceitação, de precificação e de constituição das provisões fazem parte do sistema real a ser modelado pelo modelo interno?

Sim **Não**



Questões Específicas

Procedimento de Revisão de Auditoria

Verificar nas rotinas dos manuais de procedimentos da área técnica ou financeira para avaliação do capital necessário para suportar o risco de subscrição se é considerado no modelo o risco associado à insuficiência das provisões de sinistros.

b) O Modelo Matemático de Simulação utilizado é:

Dinâmico? **Sim** **Não**

Estocásticos? **Sim** **Não**

Discretos? **Sim** **Não**



Questões Específicas

c) No modelo interno, é feita análise de sensibilidade com base nas características dos contratos de resseguro vigentes e a vigir ?

Sim Não

Procedimento de Revisão de Auditoria

Verificar nas rotinas dos manuais de procedimentos da área técnica ou financeira para avaliação do capital necessário para suportar o risco de subscrição se são considerados no modelo os contratos de resseguro vigentes ou os que ainda serão feitos, ou seja, a vigir.



Questões Específicas

d) No modelo interno, é feita análise de sensibilidade com base em fatores macroeconômicos ?

Sim Não

Procedimento de Revisão de Auditoria

Verificar nas rotinas dos manuais de procedimentos da área técnica ou financeira para avaliação do capital necessário para suportar o risco de subscrição se são considerados no modelo fatores macroeconômicos, como, por exemplo, expectativas de taxas de juros, renda familiar, consumo, inflação, nível de emprego, agregados monetários, produção industrial, taxas de câmbio.



Perguntas



- IAIS (Relatório Out/2005)*

Fundamento VII: O regime de solvência estabelece uma série de níveis de controle e as ações do supervisor associadas a cada um desses níveis.



- IAIS (Relatório Out/2005)*

Fundamento VIII: o regime de solvência permite uma série de abordagens padronizadas e mais avançadas para a determinação dos requerimentos de solvência, e, caso seja apropriado, inclui o uso de modelos internos.

RBC |—————| Solvência II



Superintendência de Seguros Privados
SUSEP

Fiscalização Baseada em Riscos





Agenda

- I - Aspectos Gerais**
- II - Metodologia**
- III - Principais Problemas Encontrados**
- IV - Questões Frequentes**
- V - Normas de Capital – Procedimentos DEFIS**
- VI – Expectativas SUSEP em relação ao Mercado**
- VII - Conclusão**



Planejamento Estratégico SUSEP

Política de Supervisão Baseada em Riscos:

Objetivo: “Supervisão e fiscalização focadas na gestão de riscos das empresas, preservando sua solvência e capacidade econômica-financeira.”

Diretrizes:

- **Divulgar e implementar a cultura de riscos;**
- **Monitorar os controles internos das empresas;**
- **Monitorar a adequação de capital, o passivo atuarial e a qualidade dos ativos;**
- **Acompanhar o cenário econômico nacional e internacional e seus efeitos sobre o mercado.**



Fiscalização baseada em Riscos

- ❑ **ESCOPO:** Avaliação da Governança Corporativa, do Sistema de Controles Internos e do Gerenciamento dos Riscos.
- ❑ **METODOLOGIA:** Procedimentos visando entendimento do modelo de negócios das sociedades/entidades, através de seus principais processos, identificando principais riscos e controles internos.



Etapas da Fiscalização

- 1. Planejamento da Fiscalização;**
- 2. Execução dos trabalhos de campo;**
- 3. Conclusão da Fiscalização; e**
- 4. Acompanhamento posterior.**



Etapa 1 – Planejamento da Fiscalização

- Estudo da Sociedade / Entidade**
- Relatório Prévio**
 - **objetivos da inspeção**
 - **campo de ação (setores / processos)**
 - **extensão e profundidade dos exames**
 - **duração do trabalho de campo**
- Papéis de Trabalho**



Etapa 2 – Trabalho de Campo

- Palestras (semana 1)**
- Solicitação de documentos adicionais**
- Reuniões e entrevistas**
- Participação em comitês**
- Acesso aos sistemas (somente consulta)**



Etapa 2 – Trabalho de Campo Monitoramento dos CI's

❑ Organograma

- Existe ? É respeitado ?
- As funções estão definidas, sem superposição de competências ?
- Há segregação de funções conflitantes ?
- Há descrição dos cargos ?
- Todos sabem o que devem fazer e até onde ir ?



Etapa 2 – Trabalho de Campo Monitoramento dos CI's

Processos / Fluxos de Trabalho

- Há fluxogramas dos produtos e dos processos ? São reais ?
- Há travas de alçadas? Limites de aprovação respeitados ?
- Há manuais de procedimentos divulgados e de utilização efetiva ?
- Os canais de comunicação são abertos ?
- As “amarrações” são necessárias ou “travam” o sistema ?
- Há rotina de melhoria dos processos através da análise de suas falhas ?



Etapa 2 – Trabalho de Campo Monitoramento dos CI's

Gestão

- **Sabe exatamente onde está e aonde quer chegar ?
(Planejamento de longo prazo)**
- **Monitora os parâmetros de eficiência da concorrência ?**
- **Tem sob controle seus próprios valores de desempenho, históricos e atuais ?**
- **Faz análises de viabilidade?**
- **Controla e gere riscos**



Etapa 2 – Trabalho de Campo Monitoramento dos CI's

- ❑ **Pessoas** (Principal engrenagem dos Controles Internos! Processos automatizados não caem do céu: são realizados e monitorados por pessoas)
 - **A Alta Administração possui compromisso real com as regras ?**
 - **As pessoas são conscientes da importância do sistema de controles internos ou é apenas um discurso ?**
 - **O treinamento é constante e planejado ?**
 - **A gestão dos recursos humanos é dinâmica e consistente ?**



Etapa 2 – Trabalho de Campo Monitoramento dos CI's

Sistemas de Informática

- **Integram todos os produtos e processos ?**
- **Permitem fraudes, erros humanos, descumprimento de normas internas e legais ?**
- **Estão integrados entre si ?**
- **A rastreabilidade é efetiva ?**
- **Estrutura de controle formalizada ?**
- **Responsáveis definidos ? Pendências “eternas” definidas ?**



Etapa 3 – Conclusão

- Reunião Final com Alta Administração**
- Ofício + Tabela de Deficiências**
- Relatório Final - conclusão:**
 - **fundamentada em evidências;**
 - **suportada pelas deficiências e padrões de melhores práticas;**
 - **avaliação do Sistema de Controles Internos.**
- Prazo para adequação**



Etapa 4 – Acompanhamento posterior

- Tratamento das deficiências apontadas**
- Monitoramento do cumprimento dos Planos de Ação**
- Follow-up***



Principais Problemas

- Cultura de controles internos pouco disseminada;**
- Processos de identificação de riscos incompletos;**
- Ausência de segregação de funções e de alçadas definidas para toda a sociedade/entidade;**
- Excesso de informalidade (atas);**
- Ausência ou desatualização de manuais de procedimentos e de normativos internos;**
- Manuais de procedimentos e normativos internos desrespeitados;**
- Planejamento Estratégico de conhecimento restrito;**



Principais Problemas

- Auditoria Interna com sobreposição de tarefas;
- Auditoria Interna não avalia o Programa de Controles Internos, quando existente;
- Comitês de Auditoria e Auditorias Internas com escopo reduzido de atuação;
- Função de *compliance* e função de gerenciamento de riscos deficientes;
- Relatórios de Auditoria Externa, de maneira geral, superficiais;
- Excesso de controles manuais;



Principais Problemas

- Funcionários-chave com controle absoluto de certas atividades;**
- Gerenciamento da Continuidade de Negócios (GCN) precário ou inexistente;**
- Política de segurança pouco abrangente;**
- Ausência dos “testes periódicos de segurança dos sistemas de informação mantidos em meio eletrônico ou não.” (Art.3º, VIII, Circular SUSEP nº 249/04); e**
- Ausência de planejamento de TI consistente e formalizado de curto e longo prazos.**



Questões Frequentes

- O COSO é o modelo obrigatoriamente a ser adotado?**
- A Auditoria Interna pode exercer a função de *compliance* ou função de gerenciamento de riscos ?**
- Qual o nível de detalhamento que devem ter os manuais de procedimentos (Operacionais) ?**
- A sociedade/entidade pode adotar o “Código de Ética e Normas de Conduta” da entidade de classe ? Há necessidade de sua aprovação formal ?**



Questões Frequentes

- Por que a SUSEP deve ter acesso ao Planejamento Estratégico da sociedade/entidade? É necessário um ato formal de sua aprovação ?**
- Mesmo não sendo requerido para minha instituição a constituição de um Comitê de Auditoria, devo constituir para estar no exercício da boa prática de governança corporativa?**



Vinculação com as Normas de Capital

- ❑ Normas de Capital: Quais os procedimentos que serão adotados pelo DEFIS durante a fiscalização ?



Expectativas SUSEP em relação ao Mercado

- Conscientização da importância de um eficiente Sistema de Controles Internos**
- Planejamento Estratégico apresentado com menos reserva**
- Valorização da Auditoria Interna**
- Atuação mais efetiva e abrangente das Auditorias Internas**
- Atuação mais efetiva das Auditorias Externas na identificação dos problemas (análise mais qualitativa)**
- Atuação mais efetiva e abrangente dos Comitês de Auditoria**
- Melhor integração entre os sistemas informatizados**



Conclusão

- Ambiente em mudança (interno e externo)**
- Mudança de paradigma**
- Criação de cultura de risco**
- Novos padrões de eficácia e eficiência**
- Maior garantia de solvência**